



ANAIIS DA ASSEMBLEIA

PODER LEGISLATIVO

AVULSO

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 25 DE MAIO DE 2009

ANO XXXI25

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS Presidente - Democratas		
ANTONIO ANIBELLI 1º Vice-Presidente - PMDB	AUGUSTINHO ZUCCHI 2º Vice-Presidente - PDT	FELIPE LUCAS 3º Vice-Presidente - PPS
ALEXANDRE CURI 1º Secretário - PMDB	VALDIR ROSSONI 2º Secretário - PSDB	ELTON WELTER 3º Secretário - PT
CIDA BORGHETTI 4ª Secretária - PP	PASTOR EDSON PRACZYK 5º Secretário - PRB	
ABIB MIGUEL Diretor Geral		

Lideranças

Líder do Governo	Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição	Elio Rusch
PMDB	Waldyr Pugliesi
PSDB	Ademar Traiano
Partido Democratas	Plauto Miró
PT	Péricles de Mello
PP	Duílio Genari
PDT	Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN	Dr. Batista
Bloco PRB/PSB/PV	Reni Pereira
Bloco PTB/PR	Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 17: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Lemos - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Fernando Scanavaca - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

AVULSO**Proposta de Emenda Constitucional:****PROPOSTA DE EMENDA
À CONSTITUIÇÃO ESTADUAL**

Art. 1º O artigo 66, da Constituição do Estado do Paraná, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso:

“V - Fixação de pisos salariais anuais para efeitos do inciso V, do artigo 7º, da Constituição Federal, tendo como data-base a de 1º de maio, levando-se em conta, no mínimo, a reposição inflacionária dos últimos doze meses havida no âmbito do Estado do Paraná, através da aplicação do maior indexador pertinente.”

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 25/05/09.

(a) ELTON WELTER

Apoiamento:

Professor Lemos, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Nishimori, Waldyr Pugliesi, Rosane Ferreira, Péricles de Mello, Ademir Bier, Mauro Moraes, Alexandre Curi, Fernando Scanavaca, Cida Borghetti, Francisco Bühner, Pastor Edson Praczyk, Tadeu Veneri, Ademar Traiano, Luiz Fernandes Litro e Chico Noroeste.

JUSTIFICATIVA:

A Lei Complementar Federal nº 103, de 14/07/2000, autorizou os Estados e o Distrito Federal a instituírem o

piso salarial de que trata o inciso V, do artigo 7º, da Constituição Federal, para os empregados que não tenham piso salarial definido em lei federal, convenção ou acordo coletivo de trabalho.

O Estado do Paraná não se furtou em regulamentar a questão, exercitando em nosso âmbito a autorização dada pela norma superior. Por iniciativa do Governador do Estado, Roberto Requião de Mello e Silva, foi editada a festejada Lei Estadual inaugural nº 15486, (publicada no Diário Oficial nº 7462, de 02/05/07) e suas sucessoras, as Leis nºs 15826, de 01/05/08 (publicada no DO nº 7712 de 02/05/08) e 16099, de 1º de maio do corrente ano (publicada no DO nº 7962, de 04/05/09).

Ocorre que estas leis não garantem aos futuros pisos salariais impostos, que os mesmos, no mínimo, promovam a reposição inflacionária dos últimos doze meses havida no âmbito do Estado do Paraná, nem mesmo indicando indexadores econômicos para aplicação dos reajustes futuros.

Neste sentido, entendemos que a presente proposta de emenda constitucional esta revestida de interesse público de todas as classes abrangidas, além de juridicidade e legalidade, mérito e oportunidade, visto o escopo fundamental de deixar constitucionalmente garantida a reposição de no mínimo a inflação dos últimos doze meses, por tratar-se de medida justa e honesta.

Assim sendo, conclamamos todos os nobres Pares desta Assembleia Parlamentar, a precederem a devida subscrição e apoioamento à presente Proposta de Emenda Constitucional, como medida preventiva contra perdas salariais.